

Miss, normalistas e feministas: As trabalhadoras bancárias entre as décadas de 1960-1980

Luciana Carlos Geroleti¹

Resumo: O presente trabalho é resultado de uma pesquisa situada no Tempo Presente, que teve como foco mulheres trabalhadoras bancárias entre as décadas de 1960 e 1980 no estado de Santa Catarina em dois bancos públicos. Utilizando-se da metodologia da História Oral, este trabalho lida, antes de tudo mais, com narrativas, memórias e representações, e historiciza como as mulheres se inseriram nos bancos a partir da década de 1960 carregando consigo as “marcas” de gênero. A partir de entrevistas orais, o texto do presente simpósio analisará as trajetórias de seis mulheres: de representante de misses da categoria, com formação de normalistas e exercendo a profissão de professoras, as quais trocaram pela de bancária, até atuantes feministas, as trabalhadoras bancárias fizeram parte de um amplo processo em transformação na sociedade brasileira das décadas de 1960 a 1980: a ida das mulheres, sobretudo das camadas médias, para o mercado de trabalho. Como se verá, a análise das trajetórias revelaram permanências no tocante às tradicionais “ocupações femininas” indicando profundas desigualdades de gênero no trabalho bancário.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Bancárias. Beleza.

Os caminhos da pesquisa

O texto apresentado aqui é resultado de pesquisa de Dissertação de Mestrado (GEROLETI, 2013) e de Trabalho de Conclusão de Curso-TCC (GEROLETI, 2010). Utilizando a metodologia da História Oral, realizei entrevistas com mulheres que exerceram a profissão de bancária entre as décadas de 1960 a 1980 em dois bancos públicos no Estado de Santa Catarina. A partir de Trabalho de Conclusão de Curso percebi que entre as nove bancárias entrevistadas à época das pesquisas que duas delas haviam participado de concurso de *miss* bancária, concursos que eram comuns entre a década de 1950 e 1970 na sociedade brasileira. As outras três, que tiveram a trajetória de escolarização na década de 1960 e início da década 1970, tiveram uma formação comum, o curso normal. Para a Dissertação realizei entrevistas com mais quatro mulheres bancárias de outro banco público², sendo que duas delas também tinham formação no curso Normal. A última entrevista, não gravada, revelou um lado novo na pesquisa até então, uma bancária feminista atuante.

A escolha por bancos públicos, por sua vez, implica também tratar de um público específico, mulheres da camada média, já que o concurso público foi a principal carreira seguida pelas camadas médias brasileiras a partir da década de 1960. Embora muitos autores

¹ Graduada e Mestra em História pela Universidade do Estado de SC – UDESC. E-mail: geroleti@gmail.com

² Em virtude da restrição de uso do nome do banco, este é nomeado apenas por “banco público”.

discutam o conceito de classe média, não há consenso entre eles, pois não se restringe apenas ao valor da renda, definição tradicional usada pela Sociologia. Para alguns autores, e é a definição adotada aqui, são os bens e o padrão de consumo aos quais tiveram acesso as classes médias urbanas, como a “dupla carro e apartamento” propiciados pelas reformas do governo, implantadas em 1964, além de projetos de futuro em comum, como o ensino superior, que define essa classe (ALMEIDA; WEIS, 1998).

Poucos estudos historiográficos foram feitos sobre as trabalhadoras bancárias no Brasil. Duas pesquisadoras se dedicaram à temática e são usadas como referência: a socióloga Liliana Segnini e a historiadora Aurea Tomatis Petersen. Segnini (1998) dedicou-se a compreender a feminização da profissão bancária a partir da década de 1960 através de estudo em banco público do Estado de São Paulo. Peterson (1999) estudou a trajetória de mulheres bancárias “gaúchas” desde 1920. Como mostraram as autoras, as mulheres já trabalhavam em casas bancárias desde a década de 1920 nas mais diversas atividades, como telefonistas, ascensoristas entre outras funções de apoio aos bancários. Porém, é no período de 1960-1980 que ocorre o ingresso em massa das mulheres nos bancos, processo abordado na Dissertação. Neste texto, destaco os caminhos discutindo os caminhos percorridos por mulheres trabalhadoras bancárias entre as décadas de 1960-1980, os quais revelaram as marcas de gênero: as bancárias entrevistadas tiveram formação de normalistas, participaram dos concursos *misses* na categoria bancária e uma delas foi atuante feminista.

Segundo Alessandro Portelli, os partidários da história oral, de certo modo, criam suas próprias fontes, ao invés de descobri-las. As fontes “criadas”, as “personagens” principais desta história Nair³, Vera⁴, Fernanda⁵, Milena⁶, Marta⁷, Leonora⁸ e Rita⁹ são apresentadas aqui por pseudônimos, opção feita por elas próprias ao concederem seus depoimentos, considerando que seus depoimentos estão carregados de sentidos e representações, narrativas que nos contam menos sobre eventos do que sobre significados (PORTELLI, 1997). Representações que constituem memórias e são tomadas aqui no sentido de Roger Chartier. Em defesa de sua noção de representação, Chartier diz que não existe História possível se não

³ Nair (pseudônimo). Admitida no banco em 1962, trabalhou 34 anos no Besc.

⁴ Vera (pseudônimo). Admitida no banco em 1976, trabalhou 20 anos no Besc.

⁵ Fernanda (pseudônimo). Admitida no banco 1973, trabalhou 17 anos no Besc.

⁶ Milena (pseudônimo). Admitida no Besc em 1975, trabalhou 2 anos no banco sul brasileiro e 25 anos no Besc.

⁷ Marta (pseudônimo). Trabalhou 24 anos em um banco público.

⁸ Leonora (pseudônimo). Trabalhou 24 anos em um banco público.

⁹ Rita (pseudônimo). Trabalhou 25 anos em um banco público.

se articulam as representações das práticas e as práticas das representações, ou seja, qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de História nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa (CHARTIER, 2011).

É o tempo presente que permite a reflexão desta pesquisa. O campo historiográfico viu fluir, não por acaso, nas últimas décadas do século XX a História do Tempo Presente, campo demarcado inicialmente pelos historiadores franceses, mas que perpassa as tradicionais vertentes historiográficas, como a história cultural e história social. A demanda por memória é emblemática dessa nova relação com o tempo a partir da segunda metade do século XX. É neste contexto que tanto a fonte oral quanto a memória estão incluídas, uma vez que os sujeitos lembram a partir do seu presente e não o fazem de forma “pura”, pois suas memórias estão interligadas a outras vozes, a uma memória coletiva, à influência das mídias (RIOUX, 1999). Afirmava Perrot (1989) no final da década de 1980 que fonte oral tornou-se uma “revanche” das mulheres, na medida em que é uma ferramenta indispensável à compreensão do passado vivido pelas diferentes personagens, homens e mulheres, que a narrativa histórica tradicional não deu conta de explicar. Segundo Portelli (1997) trata-se de uma fonte aceita, mas com uma credibilidade diferente. Nos tempos atuais, no entanto, não se trata mais de negar a imensa possibilidade da história oral para o fazer histórico, mas da difícil tarefa de trabalhar num campo tênue para o historiador, pois que memória e fonte oral estão intrinsecamente interligados.

Normalistas: a primeira opção

A Escola Normal, criação européia, foi instalada inicialmente em São Paulo, em meados do século XIX, visando à formação de professores primários. Antes mesmo do final do século, as mulheres já representavam a maioria dos jovens formadas na Escola Normal e também nas seleções para professores. É assim que Nair, Vera, Fernanda, Marta e Leonora se autodenominaram desde a primeira entrevista: “Sim, eu fui normalista”. Conforme alertou Joan Scott, é preciso considerar a experiência das entrevistadas na tentativa de historicizá-las, uma vez que são sujeitos que possuem identidades em constante mutação e é preciso considerá-las na análise histórica (SCOTT, 1998). A importância desta formação na trajetória das entrevistadas levou a perceber como ela ainda foi importante para a profissionalização das jovens nas décadas de 1960 e 1970. Jovens que demonstravam não desejavam mais apenas

um trabalho, um emprego que as afirmassem como trabalhadoras, como, de maneira geral, desejavam as moças da década de 1920 até meados da década de 1950.

Nair, Vera, Fernanda, Marta e Leonora mostraram que desejavam ter uma profissão e o curso normal representava o caminho mais rápido e acessível para tal. Entretanto, ao longo dessas mesmas entrevistas pudemos perceber que os motivos que as levaram a terem optado pelo curso Normal dependeu de uma conjunção de fatores, tais como a cidade em que moravam – se no interior ou na capital – e a origem social, que as possibilitava estudar em escola pública ou particular, bem como possibilitava seguir com os estudos após o ginásio, chegando à Universidade. Entretanto, todas concordaram com um motivo, como afirmou Leonora: “Uma jovem, seguindo o caminho normal, seria professora”.

O que definia um “caminho normal” para as mulheres naquele momento histórico? O trabalho que lida com memórias e narrativas necessariamente e que utiliza o gênero como categoria de análise histórica perceberá como o gênero é construído social e culturalmente a partir das diferenças percebidas entre os sexos e como ele dá significado às relações de poder (SCOTT, 1990). Conforme Nicholson (2000) é preciso usar o gênero como categoria de análise para questionar como a diferença sexual é produzida pela História, seja nas normas, nos conceitos, nos discursos estabelecidos e como produz representações. Nair, Vera e Fernanda nasceram e moraram na cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Nair e Vera viveram sua mocidade na década de 1960 e 1970. Nair e Fernanda estudaram em escolas públicas, nas quais a única opção era o Curso Normal. Nair ressalta que se formou no Curso Normal por vocação, pois gostava de dar aulas, mas também por falta de opção, pois “quando me formei no Normal Regional, que era específico para dar aula principalmente no interior, escola isolada queria continuar estudando.” A frase não terminada, mas compreendida no decorrer da entrevista, mostra que Nair não pretendia parar com os estudos após o Curso Normal, entretanto, como a escola mais próxima oferecia apenas o curso Normal Regional, destinada a formar professores que se deslocariam para o interior, acabou neste formando. Enquanto dava aulas voluntárias em casa, iniciou um curso técnico em Contabilidade por indicação do irmão, que era bancário.

Já Vera, que estudou no colégio Coração de Jesus, tradicional colégio feminino das elites do estado de Santa Catarina, uma instituição privada dirigida por freiras de ascendência germânica e o primeiro colégio do estado a oferecer o curso Científico às jovens, nível de ensino que dava acesso à Universidade (MARTINI, 2011). Porém, optou pelo Normal ao

invés do Científico ou do Clássico, segundo conta, por influência das mulheres de sua família, tias e primas, que também já eram professoras. Casou-se nesse período e em seguida ingressou na Universidade Federal de Santa Catarina, formando-se no curso de Administração de Empresas. Apesar de não ter necessidade de trabalhar desde cedo, Vera diz que nunca pensou em se dedicar apenas à família e ao marido e sim a ter uma profissão, incentivo que ela atribui aos exemplos das mulheres da família, a mãe, irmãs, tias e primas. Já Fernanda, que sempre estudou em colégio público, conta que sempre gostou da área da educação e o Magistério foi sua primeira opção. Oriunda de família simples, como ela mesma se denomina, diz que apesar de exercer a profissão de bancária durante muito tempo por motivos financeiros, “eu sempre fui professora, sempre assim juntei a bancária com a professora, dava aula à noite, sempre fiz os dois paralelos”.

Podemos constatar que as três entrevistadas pertenciam a camadas urbanas e sociais distintas, o que corrobora para processo já estudado, de que ainda na segunda metade do século XIX, e após a instauração da República no Brasil, mudanças importantes em relação à educação mudariam consideravelmente a classe, o sexo e também o salário dos professores primários. Conforme June E. Hahner, a educação passou a ser vista como elemento-chave de progresso e desenvolvimento na segunda metade do século XIX, e nesse processo as mulheres, percebidas como “educadoras naturais”, deveriam ser educadas, pois eram as responsáveis pela formação dos filhos e da família. Logo, a ênfase na educação das mulheres recaiu sobre a sua função maternal e não enquanto indivíduo. Daí decorre o processo em que a “mãe educadora” de seus filhos tornar-se-ia a educadora dos demais filhos da nação, tornando-se a profissão de professora primária um campo de trabalho ligado às mulheres. Assim, segundo Hahner (2011), os homens passaram a se perceber como minoria na profissão e como usufruíam de outras opções econômicas foram em busca delas. Por seu lado, as mulheres, mesmo as da elite e com instrução, tinham ainda poucas opções de sequer continuar os estudos em nível superior.¹⁰ Um amplo debate entre educadores, intelectuais, liberais e positivistas discutia se a profissão de professora primária, considerada por eles uma função maternal e vista como uma alternativa de trabalho às jovens deveria ser exclusivamente ocupada por mulheres (HAHNER, 2011).

¹⁰ A abertura das faculdades de medicina ao ingresso de mulheres só foi permitida a partir de 1879 com a Reforma Leôncio de Carvalho, conforme Hahner (2011).

Marta e Leonora nasceram e moraram até sua mocidade no interior do Estado de Santa Catarina, respectivamente nas cidades de Laguna e Rio do Sul.¹¹ Leonora também estudou em colégio particular, católico e feminino de sua cidade, formando-se no Curso Normal. Marta também optou por fazer o Curso Normal, embora tivesse a opção de fazer o Científico em outro colégio da cidade. Ambas ressaltaram que pretendiam ter uma profissão, tornarem-se independentes. Leonora, logo que se formou, em 1968, começou a dar aulas no mesmo colégio em que havia estudado. Em 1970 prestou concurso para professor do Governo do Estado, foi aprovada e começou a dar aulas em escolas públicas da região. Segundo Leonora “para lecionar a gente tinha que começar no interior e tinha que viajar andar a pé em estrada de barro, pegar dois ônibus; se quisesse lecionar para o Estado, seria dessa forma”. Marta narrou a experiência de professora como “interessante”, mas seu objetivo mesmo era ir para a capital, Florianópolis, ingressar na universidade. Leonora também não pretendia seguir a carreira de professora, mas optou pela profissão por que:

Na época, em Rio do Sul não tinha opções de emprego para as mulheres, era difícil naquela época para as mulheres, e na época sair para fazer faculdade tinha que ser fora [da cidade], então o que a gente pensava, lógico, queria ser independente, fazer alguma atividade, então seguindo pelos caminhos normais, seria professora. A minha mãe tinha comércio e eu ajudava muito, mas eu queria ter uma profissão minha.

Pelos depoimentos de Marta e Leonora, podemos perceber que a opção pelo Curso Normal não ocorreu apenas por vocação ou por desejo de seguir a profissão de professora, e sim porque era a única alternativa na cidade onde moravam que lhes daria uma profissão. O desejo de seguir uma profissão estava presente em ambas. Para Leonora, o “caminho normal” era ser professora, pois para fazer universidade teria que sair da cidade. Para Marta, optar pelo Curso Normal seria a alternativa para ter uma profissão rápida, pois seu objetivo também era se mudar para a capital Florianópolis e ingressar na universidade, planos, mais tarde, que acabaram se concretizando: Nair formou-se em Filosofia; Vera, em Administração de Empresas; Fernanda, em Pedagogia; Marta, em Serviço Social e Leonora, em Direito, embora incompleto. Logo, se no início do século XX o Curso Normal era uma das únicas formações vistas como adequadas socialmente às mulheres das elites e também das camadas médias, já

¹¹ Segundo dados do Censo do IBGE, de 1960, Santa Catarina, no início da década de 1960 possuía 70% de sua população no meio rural. Em Florianópolis, encontrava-se o menor percentual do estado, com 24 %. A cidade Laguna, por sua vez, possuía 29 mil habitantes no período, destes, 40% no meio rural; já Rio do Sul mantinha 40 mil habitantes, sendo 50% no meio rural (FIBGE, 1960). Desse modo, o termo interior descrito acima se refere à urbanização entre a capital e as demais cidades do estado.

na década de 1960, com a formação de uma nova classe média e de novas profissões trazidas pelo ensino superior na sociedade brasileira, as mulheres começavam a buscar novas profissões. Entre essas novas profissões, os concursos públicos para os bancos estavam entre os mais disputados. Continuavam, porém, com uma tradicional opção para muitas delas, os concursos de beleza, comuns no período para a categoria bancária.

Entre a bela e a bancária: Concurso para o banco e os concursos de beleza

O que teria levado as cinco normalistas a ir trabalhar num banco? Os motivos para o ingresso na profissão de bancária são variados, todavia, alguns são comuns: todas elas desejavam a disputada carreira no banco. Nair, Vera, Fernanda e Milena ingressaram no Banco do Estado de Santa Catarina, daqui para frente chamado de Besc; Marta e Leonora, em um grande banco público. No banco do Estado de Santa Catarina-Besc, a implantação do projeto desenvolvimentista em Santa Catarina, na década de 1960, que criou o banco em 1962, permitiu o ingresso de mulheres na carreira bancária desde o início (Alves Filho *et al*, 1997). Nair, que fez parte da comissão fundadora do banco, foi uma das três primeiras mulheres admitidas no banco por influência do irmão, um dos responsáveis pela comissão de criação do banco. Vera, Fernanda e Milena foram admitidas na década de 1970 no banco, mediante concurso interno.

Marta e Leonora foram admitidas no outro banco público em 1969, quando da reabertura do ingresso de mulheres via concurso no referido banco, que estava proibida o desde 1935 (GEROLETI, 2013). Foi somente após a promulgação da Lei 5.473 de 1968, que impediu discriminação de sexo em cargos sujeitos à seleção nas empresas públicas ou privadas que o referido banco bem como nos demais bancos públicos existentes, que as mulheres começam a ser admitidas em massa nos bancos (BRASIL, 1968). No entanto, Rita, uma das entrevistadas, foi admitida neste mesmo banco público em 1962.¹² Ressaltando que embora fossem bancos distintos na esfera pública, um estadual e outro federal, e, logicamente, a realidades das sete bancárias bem distintas, pode-se dizer que era ambos eram empregos prestigiados, relacionando-se com a elite política e social da cidade.

No ano de 1979 acontecia o concurso de *miss* “A mais bela bancária”, numa promoção

¹² Importante ressaltar o caráter que ainda mantinha o Estado brasileiro, no qual as relações de compadrio ainda prevaleciam em algumas esferas.

conjunta do sindicato dos bancários de Florianópolis e de dois clubes sociais da cidade, o clube XV de Novembro e o Seis de Janeiro (O BANCÁRIO, 1979). Doze candidatas, bancárias de vários bancos, desfilaram disputando o título de “Miss Bancária”, cujo prêmio era um troféu, além de um ingresso para o show de Roberto Carlos e de uma “belíssima jóia”. A noite do desfile foi apresentada pelo cantor e ator Alan Braga, contou com a participação de Celso Pamplona, colunista social muito conhecido na cidade e o grande destaque artístico foi a apresentação de Moacyr Franco, famoso apresentador de TV. Duas das doze candidatas citadas acima eram Fernanda e Milena, que desfilaram representando o Banco do Estado de Santa Catarina. Fernanda foi a vencedora do concurso, disse que participou porque os colegas do banco insistiram:

Era o carinho dos amigos em volta, da agência, vai que a gente compra para você, até hoje eu tenho o vestido tá, tenho guardado, o sapato era da Summer time, até hoje ainda tem (imagina eu colocar um sapato daquele e um vestido daquele)... Aí não, mas vai, vai, então eu vou representa o banco né, já que todo mundo tá querendo, né...

Milena comenta que “a gente tinha uma vaidade, normal da juventude tudo, mas não pra... misses essas coisa toda não.” Já Fernanda, eleita a *miss* bancária, via a beleza mostrada pelo concurso como

Na época era assim, não é como é hoje, modelo... Era uma coisa mesmo assim direcionada à bancária, uma coisa séria, não era assim vulgar você participa. Só quem participava era bancária, era assim mostrar a beleza de uma bancária, por exemplo, não só desfilei ali com aquela roupa ali, desfilei com outra.

A partir da década de 1950 a beleza alcança grande visibilidade no Brasil, período em que a escolha da “Mais Bela” se multiplicou por todos os locais, inclusive em Florianópolis. Neste período foram eleitas as imortais *misses* do Brasil, sempre lembradas pelas mídias, como Martha Rocha e Vera Fischer. Em 1969 uma representante do “Miss Catarinense” seria eleita a “rainha dos brasileiros e de Santa Catarina”. Vera Fischer voltava a Florianópolis recepcionada gloriosamente, desfilando no caminhão do corpo de bombeiros e sendo aplaudida pela população (SANT'ANNA, 2005). Florianópolis no período de 1950 a 1970 era uma cidade em “emersão”, a qual buscava associar-se às práticas modernas, utilizando-se de modelos de distinção vindos da capital francesa e divulgados através da imprensa dos grandes

centros, reproduzindo nos jornais locais “modos de parecer”, aliados à constituição de uma distinção social em que a aparência era sinônima de poder.

É neste contexto temporal de beleza que a realização do concurso “A mais bela Bancária” pode ser entendida. Além dos concursos de destaque nacional e internacional, os concursos de beleza junto aos clubes sociais e de determinadas categorias profissionais como a “Rainha dos funcionários públicos do Estado de Santa Catarina” em 1950, a “Miss Comércio de Florianópolis” em 1957 e a “Mais bela funcionária do Hospital Caridade” também eram parte da estratégia social de poder através da beleza (A Gazeta, 1979). De acordo com Sant’Anna (2005, p.453), o primeiro atendia a uma exigência posta pelas atividades sociais realizadas entre os clubes, o segundo “servia como forma de promoção e auto-estima profissionais do setor como também de pretexto para o incentivo à sociabilidade, que se pretendia manter mais amigável entre os diferentes colegas”.

Por que a escolha da “mais bela” como forma de sociabilidade entre uma categoria profissional dentre as tantas outras opções de atividades de integração como um passeio ou um concurso de talentos? Segundo Sant’Anna (2005) porque a beleza representava prestígio, “apura a auto-estima, integra os sujeitos à modernidade e promove o reconhecimento das autoridades”, ou seja, porque beleza representava distinção e poder, não apenas social, mas também político. Segundo consta em uma escassa bibliografia sobre o assunto, concursos de *miss* eram muito comuns na categoria bancária desde os anos 1950, como forma de mobilizar e atrair os trabalhadores para o sindicato e, em especial, as trabalhadoras (REVISTA DOS BANCÁRIOS, 2009). Por ambos os lados, percebemos marcas de gênero. Houve indício de resistências ou contestações entre as bancárias?

AMUBB: Um movimento de mulheres no banco?

No Besc- Banco do Estado de Santa Catarina, Nair, Vera, Fernanda e Milena tiveram carreiras distintas. Nair foi a que chegou mais longe na hierarquia do banco, ocupando o cargo superintendente adjunta do setor de crédito rural. Vera foi chefe de departamento, Fernanda e Milena caixa-executiva. No outro banco público, Marta e Leonora chegaram ao cargo de caixas executivas. Uma análise sobre as relações de gênero e cargos de comando assumidos nos dois bancos públicos pode ser visto na Dissertação (GEROLETI, 2013). Embora a carreira no banco estivesse limitada pela posição que ocupavam na família, o que limitava a ascensão profissional, há indícios de descontentamento com esta situação. No final de 1986

foi constituída a AMUBB (Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil) conforme publicação no Diário Oficial:

Sede e foro: Em Brasília (DF), a. SBS, Ed. Casa de São Paulo, sala 304.
Objeto social: Valorizar o trabalho da mulher, incentivar a educação e a formação profissional permanente, desenvolver o espírito associativo e comunitário. A AMUBB se compõe dos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. A Diretora Presidente será também a Presidente da Associação e a representará em juízo e fora dele, pessoalmente ou mediante outorga de mandato. Poderão associar-se à AMUBB as mulheres funcionárias do Banco do Brasil S.A., em atividade ou aposentadas, e mulheres de funcionários do Banco do Brasil S.A. A AMUBB poderá instalar Delegacias Regionais nas capitais dos Estados e Representações de Delegadas nos Municípios. O Regimento Interno será elaborado no prazo de 120 dias (BRASIL, 1987).

Como visto acima, a associação tinha sede em Brasília, local em que trabalhava Rita⁶⁴, funcionária do banco público, sua fundadora e primeira presidente. A posse da primeira e única diretoria ocorreu ainda em janeiro de 1987. Segundo Rita, o objetivo da associação era “conscientizar as funcionárias a postular comissionamento, incentivando a progredir na carreira. Nunca se imiscuiu nos assuntos internos do banco e nem em assuntos da esfera sindical, como licença maternidade, por exemplo.”. Já sobre a ideia de criar a Associação, Rita conta que surgiu por oposição à criação de outra associação, a ANABB- Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, criada em fevereiro de 1986, também em Brasília no auge das discussões sobre as mudanças propostas pela Reforma Bancária (O ESPELHO, 1986). Segundo Rita, para a fundação da ANABB foram chamados inicialmente cerca de trezentos funcionários do banco, todos homens. Sentindo-se excluída do grupo, ocorreu-lhe, então, que o melhor seria criar uma associação que de fato incluísse as mulheres. Assim, em dezembro desse mesmo ano, onze meses após a criação da ANABB, estavam concluídos os trâmites legais para a criação da AMUBB.

Sabe-se que disputas de poder são comuns nas várias entidades representativas de classe, seja em órgãos públicos, empresas, partidos ou agremiações. Entretanto, a Associação criada por Rita mostra-se uma peculiar disputa de poder com os homens na busca por representação na mesma empresa. Caso não raro na História, a própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada no limiar da Revolução Francesa, em 1789, teve sua “similar” destinada às mulheres. A francesa Olympe de Gouges lançava, em 1791, a

sua “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”¹³ na qual argumentava que todos os direitos dos homens enumerados pelos revolucionários em 1789 também pertenciam às mulheres (SCOTT, 2005). Gouges escreveu, também, a sua versão do Contrato Social, que para ela se igualava ou era melhor que o de Rousseau. Seus escritos inspiravam reflexões e inimizades políticas, não à toa foi condenada à guilhotina em 1793 (SCOTT, 2005).

Rita, formada em Direito, ela própria contou que participou de mais de uma dezena de movimentos em defesa das mulheres. Entre eles, foi conselheira do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) entre agosto de 1989 a junho de 1990. Como expressão da organização e luta dos movimentos feministas durante mais de uma década, o CNDM foi criado em 1985, por força de lei, vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País (PIMENTA, 2010). Assim, o lugar privilegiado que ocupava Rita a permitiu vivenciar de perto as diversas manifestações feministas da década de 1980, principalmente em Brasília, palco e sede de vários grupos feministas, bem como do CNDM. Segundo Pimenta (2010), entre os anos de 1985 e 1990, o Conselho promoveu inúmeros encontros, jornadas e seminários feministas entre mulheres das mais variadas profissões, como secretárias, delegadas de polícia, advogadas, mas também entre mulheres negras, indígenas, bandeirantes, entre outros grupos marginalizados.

Além da contraposição à ANABB, a criação da AMUBB certamente fora influenciada pelo contexto bastante promissor dos movimentos feministas brasileiros, já consolidados na década de 1980, que favorecidos pela conjuntura da redemocratização do país passaram a se organizar, principalmente em torno de discussões sobre a inserção das mulheres na política, bem como sua vinculação ao Estado. Entretanto, foi na década anterior que a “questão da mulher trabalhadora” primeiramente serviu de pauta para os movimentos feministas no Brasil, quando os feminismos surgem como movimento organizado. Diante desse fértil terreno de debates feministas, a AMUBB teria uma grande tarefa pela frente. Em 1963, o número de funcionários do banco público era de 33.549, já em 1989 havia aumentado para 138.343, distribuídos em 4668 agências (FRANCO; PACHECO, 1979).

¹³ A “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” foi publicada no Brasil no livro “O Dilema da Cidadania. Direitos e deveres das mulheres”, organizado por Gabriella Bonacchi e Angela Groppi (Editora da Unesp, 1994).

Interrogadas sobre a AMUBB, Marta e Leonora, bancárias deste banco público, disseram não se recordarem de sua existência, talvez pela distância, pois a AMUBB tinha sede em Brasília e elas sempre trabalharam em Santa Catarina, mas, talvez também pelo curto período de atuação. Rita diz que a Associação fez alguns encontros em Brasília, um em Porto Alegre, mas não teve continuidade após dois anos de fundação. Os motivos? Segundo conta, porque ficava difícil reunir as mulheres por mais tempo e também porque em seguida ela própria se afastou do banco. A “descoberta” desse movimento de mulheres deixou mais dúvidas do que certezas. Como teriam sido esses encontros? Quantas e qual era o perfil das mulheres associadas da AMUBB? Qual foi o verdadeiro alcance do movimento? Certamente é pauta certa de futuras pesquisas.

Considerações Finais

A partir da junção de sete entrevistas tentei analisar quem são as trabalhadoras bancárias entre as décadas de 1960 a 1980: formação, os caminhos que percorreram, marcados ou não pelo gênero, como os concursos de *miss*, bem como suas formas de resistência, um movimento de mulheres no banco? A história das trabalhadoras bancárias está ligada a de outras mulheres em outras profissões, não sendo exclusivas desta profissão as “marcas de gênero” que as acompanharam quando do ingresso no trabalho. Estas marcas estão enraizadas nas normas, nos discursos e valores vivenciados no dia-a-dia das práticas e das relações entre homens e mulheres, as quais se manifestam nas relações de trabalho. Assim, independente da profissão, a análise de gênero precisa considerar as mulheres enquanto sujeitos nomeados como tal para, em seguida, desconstruir e reconstruir seus significados.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Historia da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.4.

ALVES FILHO, Antônio et al. **Besc: uma idéia 35 anos depois**. Florianópolis: Besc, 1997.

BRASIL. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 jan. 1987. Seção 1, p. 95. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3151142/dou-secao-1-07-01-1987-pg-95/pdfView>>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

_____. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **População presente por sexo com indicação da alfabetização para as pessoas de dez anos ou mais segundo as zonas fisiográficas, municípios, cidades e vilas**. Departamento de Censos. Censo demográfico de 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD_1960/CD_1960_SC_2Parte.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2013.

_____. Lei nº 5.473, de 10 de julho de 1968. **República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 09 jul. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5473>. Acesso em: 29 ag. 2012.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**. Dourados/MS, v. 13, n. 124, p. 15-29, jul./dez. 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello; PACHECO, Cláudio. **História do Banco do Brasil: (história financeira do Brasil desde 1808 até 1951)**. Brasília: Banco do Brasil, 1979.

GEROLETI, Luciana Carlos. **Entre a “bela” e a “bancária”**: Memórias e representações femininas de mulheres bancárias. Florianópolis, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado de Santa Catarina.

_____. **De normalistas a bancárias:** A profissionalização das mulheres nos bancos (1960-1980). Florianópolis, 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina.

HAHNER, June Edith. Escolas mistas, escolas normais: A coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 467-474, maio/ago. 2011.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 8, n.2, 2000.

PERROT, Michele. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 09, n.º 18, p. 9-18, ag./set. 1989.

PETERSEN, Aurea Tomatis. **Trabalhando no banco:** trajetórias de mulheres gaúchas desde 1920. Porto Alegre, 1999. Tese. (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas feministas e os feminismos na política:** O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005). Brasília, 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p.25-39, fev.1997.

REVISTA DOS BANCÁRIOS DO ABC. Santo André, São Paulo: Sindicato dos bancários do ABC, mar. 2009, Ed. Especial. Disponível em:<[HTTP://www.bancáriosabc.org.br/documentos/BancáriosABC_bx.pdf](http://www.bancariosabc.org.br/documentos/BancáriosABC_bx.pdf). Acesso em: 09/12/2009.

RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a História do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Aparência e poder:** Novas sociabilidades urbanas em Florianópolis (1950 a 1970). Porto Alegre, 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. Tradução de Lúcia Haddad. **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n.º 16, p. 297-325, fev. 1998.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n.16, p.73-99, jul./dez. 1990.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 13, n.1, p.11-30, jan./abril. 2005.

SEGNINI, Liliana. **Mulheres no trabalho bancário**. São Paulo: Edusp, 1998.

ENTREVISTAS ORAIS

Fernanda (pseudônimo). 54 anos, divorciada, três filhos, admitida em 1973, trabalhou 17 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroletti dia 14/12/2009, em Florianópolis.

Leonora (pseudônimo). 62 anos, casada, duas filhas, trabalhou 24 anos em um banco público. Entrevista concedida a Luciana Geroletti dia 07/08/2012, em Florianópolis.

Marta (pseudônimo). 62 anos, dois filhos, trabalhou 24 anos em um banco público. Entrevista concedida a Luciana Geroletti no dia 14/08/2012, em Florianópolis.

Milena (pseudônimo). 52 anos, separada, possui um filho, bancária desde 1975, trabalhou dois anos no banco sul brasileiro (extinto) e 25 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroletti dia 17/03/2010, em Florianópolis.

Nair (pseudônimo). 67 anos, solteira, um filho, trabalhou 34 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroletti no dia 25/03/2010, em Florianópolis.

Rita (pseudônimo). Ressalta-se que foram dois encontros, com entrevista não gravada (a pedido) e uma carta direcionada a esta pesquisadora, ambas realizadas em Florianópolis, no mês de junho de 2012.

Vera (pseudônimo). Casada, duas filhas, admitida em 1976, trabalhou 20 anos no Besc. Entrevista concedida a Luciana Geroletti no dia 11/03/2010, em Florianópolis.

Jornais

A GAZETA. Florianópolis, 26 set.1979.

O BANCÁRIO. Florianópolis: SEEB Floripa. Out./Nov. de 1979.

O ESPELHO. Edição Nacional. Brasília, ano IV, n. 21, jan./março de 1986.